

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

Capítulo 1 INGERÊNCIA PENAL	33
-----------------------------------	----

1.1 INGERÊNCIA PENAL: DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO ...	33
---	----

1.2 INGERÊNCIA PENAL E TEORIA DO DELITO	43
---	----

1.3 SOCIEDADE DE RISCO, DE REDES OU DE INFOR- MAÇÃO	47
--	----

1.4 DIREITO PENAL MÍNIMO	50
--------------------------------	----

1.5 POLÍTICA CRIMINAL	53
-----------------------------	----

1.6 LIMITES À INGERÊNCIA PENAL	62
--------------------------------------	----

1.7 OS OMISSIVOS IMPRÓPRIOS COMO FONTE DE IN- GERÊNCIA PENAL	70
---	----

1.7.1 Posicionamentos sobre o Crime Omissivo	72
--	----

1.7.2 Nexo de Causalidade	74
---------------------------------	----

1.7.3 Teoria da Imputação Objetiva	77
--	----

1.7.4 Imputação Subjetiva	85
---------------------------------	----

1.8 CUSTOS E BENEFÍCIOS DA INGERÊNCIA PENAL, NA PERSPECTIVA DA VITIMIZAÇÃO	86
---	----

1.9 NOVO ENFOQUE DO DIREITO PENAL, À LUZ DAS RESPOSTAS PENAIAS AOS DELITOS PRATICADOS	87
--	----

1.9.1 Dimensão Científica	92
---------------------------------	----

1.9.2 Dimensão Política	93
-------------------------------	----

1.9.3 Dimensão Jurídica	94
-------------------------------	----

Capítulo 2	AS VÍTIMAS DE CRIMES E A JUSTIÇA RESTAURADORA	97
2.1	A INGERÊNCIA PENAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA VÍTIMA	97
2.2	ANÁLISE CRÍTICA DAS RESPOSTAS PENAIS	100
2.2.1	A Perspectiva Retributiva	101
2.2.2	A Perspectiva Preventiva	107
2.2.3	A Perspectiva Reparadora	108
2.2.4	A Perspectiva Restaurativa	116
2.3	ÂMBITOS DE APLICAÇÃO DA VITIMOLOGIA	136
2.3.1	Objecções à Vitimologia	140
2.3.2	Ciclo de Vitimização	144
2.3.3	Perfil das Vítimas	149
2.4	MACROVITIMIZAÇÃO E NORMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE	154
2.5	VÍTIMAS SOCIAIS DERIVADAS DA CRISE DE ESTADO	155
2.6	SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES	158
2.7	SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DAS VÍTIMAS DE CRIMES	162
2.8	SISTEMA DE DEFESA DAS VÍTIMAS DE CRIMES	163
2.8.1	Impacto das Sanções Formais	166
2.8.2	Impacto das Sanções Informais	168
Capítulo 3	CONSEQUÊNCIAS PENAIS E EXTRAPENAS DAS PRÁTICAS RESTAURADORAS	169
3.1	JUSTIÇA RESTAURATIVA	169
3.2	O PAPEL DAS NEUROCIÊNCIAS NA REINserÇÃO SOCIAL DE VÍTIMAS E OFENSORES	178
3.3	RISCO VITIMIZATÓRIO VS. RISCO DELINQUENCIAL	184

3.4	MODELOS RESTAURATIVOS	186
3.4.1	Family Group Conferences (FGC)	186
3.4.2	A Conferencing e a Violência de Gênero	190
3.4.3	Circle Processes	194
3.4.4	Victim Offender Conferencing (VOC)	197
3.5	ANÁLISE CRÍTICA DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS	199
3.6	INTEGRAÇÃO DAS RESPOSTAS REPRESSIVAS E PREVENTIVAS ÀS PERSPECTIVAS REPARADORAS E RESTAURADORAS	203
3.7	A MEDIAÇÃO PENAL E A ATUAÇÃO DO PARQUET	207
3.7.1	Delimitação da Questão	207
3.7.1.1	Características da mediação penal	211
3.7.1.2	Vantagens e desvantagens da mediação	213
3.8	O PROJETO AVARC: ACOlhIMENTO DE VÍTIMAS, ANÁLISE E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	213
3.8.1	Medidas de Acolhimento	215
3.8.2	Reparação do Dano	220
3.8.3	Medidas de Proteção	221
3.8.4	Medidas de Participação e de Informação	221
3.8.5	Controle Externo da Atividade Policial	221
3.8.6	Considerações Finais	222
	CONCLUSÃO	223
	REFERÊNCIAS	227
	ÍNDICE REMISSIVO	235